

, DE 2012

Solicita informações ao Excelentíssimo Ministro de Estado dos Transportes Senhor Paulo Sérgio Passos, sobre concessões de rodovias federais licitadas em 2007.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, arts. 24, inciso V e § 2º, 115, 116, e 226, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiro a Vossa Excelência, sejam solicitadas ao Excelentíssimo Ministro dos Transportes, Senhor Paulo Sérgio Passos informações na forma abaixo discriminadas:

- 1) Informar qual a posição das obras de duplicação e construção dos 270 km de rodovias federais licitadas em 2007, cujos contratos foram assinados em 2008 com previsão de investimentos na ordem de R 1,2 bilhão em valores atualizados?
- 2) Qual o cronograma de previsão de conclusão dessas obras e a situação atual do total de investimentos programados?
- 3) Há penalidades previstas em contrato para os concessionários para o caso de não realização das obras contratadas? Em caso afirmativo, solicito cópia dos contratos de concessões de rodovias federais licitados em 2007.
- 4) Quais as penalidades que foram aplicadas aos concessionários pela não realização das obras licitadas em 2007?

JUSTIFICAÇÃO

O Governo Federal anunciou recentemente a divulgação de pacote de concessão batizado como Programa de Investimentos em Infraestrutura que prevê a duplicação de quase 5700 quilômetros de rodovias, a serem duplicados em 5 anos e, ainda, 8.000 km de ferrovias, em valor estimado de R\$ 50 bilhões de reais.

Em 2007, o Governo Federal licitou um pacote de concessões para obras de duplicação e construção de 270 km de estradas de rodovias com investimentos na ordem de 1,2 bilhão em valores atualizados cuja realização das obras encontra-se em significativo atraso.

Segundo matéria publicada na Folha de São Paulo do último dia 15 de agosto, *“dos 8 grandes projetos licitados em 2007, 5 nem começaram”*. Embora haja penalidades previstas nos contratos de concessões pela não realização das obras, segundo a Folha, até o presente momento, poucas foram aplicadas.

Em face do volume de recursos previstos para o Programa de Investimentos em Infraestrutura anunciado pelo Governo Federal é mister indagar às autoridades governamentais sobre questões que envolvem seu modelo de gestão e o modo como os contratos de concessões de rodovias estão sendo implantados e fiscalizados pelos órgãos competentes.

Desta forma, é fundamental que esta Casa Legislativa, tenha conhecimento na forma do presente requerimento de informações, das ações e critérios levados a efeito pelo Governo Federal em sua política de concessões de rodovias federais, notadamente no cumprimento dos contratos de concessões de rodovias licitados em 2007, com contratos assinados em 2008, de modo a contribuir para a eficiência e moralidade na administração pública, em atendimento aos preceitos constitucionais.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 2012.

Deputado Antonio Imbassahy
(PSDB-BA)